

Nas fronteiras da desigualdade brasileira

Reflexões sobre as décadas de 1990 e 2000

André Bojikian Calixtre

DEZEMBRO DE 2014

- O processo de redução da desigualdade observado na década de 2000 é extraordinário e único na história do país. Esta redução é fundamentalmente um fenômeno captado pela renda das pessoas, explicado por duas grandes forças: a ampliação e estruturação do mercado de trabalho e a ampliação das políticas sociais operadas pelo Estado. No entanto, não há evidências suficientes para comprovar uma mudança estrutural da sociedade brasileira, tanto nos componentes da demanda agregada, quanto nas estruturas de classe.
- Permanece também uma desigualdade oculta pelas pesquisas domiciliares, que é o comportamento da distribuição patrimonial durante esse período. É necessário acessar dados específicos para medir estatisticamente a desigualdade patrimonial no Brasil, cuja base é o sigiloso cadastro de pessoas físicas e jurídicas da Receita Federal. Na ausência dessas informações, o artigo faz uma provocação a partir de uma base alternativa de dados patrimoniais para pessoas físicas, esta no entanto pública e aberta a todos: o cadastro de candidatos do Tribunal Superior Eleitoral.
- Conhecer a dimensão patrimonial da desigualdade permitiria novos horizontes para a ação redistributiva do Estado, tanto na sua variante gasto social, melhorando as políticas públicas, quanto, mais importante, no combate à regressividade tributária, inserindo fontes progressivas de tributação sobre a propriedade, especialmente as grandes fortunas.

Sumário

■ Introdução	03
■ 1. O desenvolvimento compartilhando a prosperidade	04
■ 2. Observando a desigualdade e os determinantes de sua redução	07
■ 3. A desigualdade oculta pelas pesquisas domiciliares	14
■ 4. Observações finais	20
■ Referências	21



Introdução

O Brasil é conhecido como um caso extremo de coexistência entre a modernidade urbano-industrial, por um lado, e altos níveis de desigualdades estruturais econômicas e sociais, por outro. Tinha contradição - que, na maior parte dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bastaria muito menos para uma imediata ruptura do tecido social -, no Brasil, é considerada uma condição “normal”. As distâncias grotescas que separam pobres de ricos, negros de brancos, analfabetos de intelectuais, escravos de homens livres pertencem à formação histórica específica do Brasil colônia, que insistiu na manutenção da escravidão após a independência e até o final do século 19. A especificidade histórica de uma formação cultural, que nunca impôs uma oposição entre o modo de vida moderno e o arcaico, reproduziu o poder senhorial no seio de suas instituições em ciclos recorrentes de modernização conservadora. Todas essas condições especiais ajudaram a preservar os fundamentos e o poder arcaicos na sociedade brasileira, dos quais a desigualdade é a consequência principal.

O abismo da desigualdade evoluiu, precisamente, quando o Brasil tentava implementar a decisão mais importante para qualquer nação que se espera desenvolver para atingir um padrão capitalista moderno: o processo de industrialização e urbanização, iniciado a partir da década de 1930, mas implementado a pleno vapor a partir da década de 1950 e durante os regimes autoritários da década de 1960 até a década de 1980. A explosão de desigualdade coexistiu com um forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), inclusive per capita. O que parecia ser um paradoxo entre crescimento e desigualdade não passava de processo de operação de um tipo de capitalismo radicalmente selvagem, definido pela acumulação de riqueza sem fatores limitantes impostos pelo desenvolvimento social.

Esse período nacional-desenvolvimentista foi perturbado pela crise das dívidas externas privadas no início da década de 1980. Por um lado, para evitar a deterioração da riqueza e preservar a moeda nacional, o Brasil avançou com a indexação da dívida pública interna, ao mesmo tempo em que enormes

fatias da dívida externa privada eram assumidas pelo Estado brasileiro durante negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O novo padrão de riqueza internacional mudou para o capitalismo financeiro global, limitando o caminho do desenvolvimento nacional de acordo com os princípios descritos a seguir.

O processo de redemocratização do país abriu novas veredas para o desenvolvimento nacional com a Constituição Federal de 1988, inspirada nos princípios europeus do Estado de Bem-Estar, quando a Europa revia profundamente seus conceitos progressistas. A nova Carta Magna incluiu princípios de proteção social universal, como também a criação de um grande Orçamento da Seguridade Social e a abertura das estruturas estatais a novas formas de participação social, baseadas em conselhos da sociedade civil, fóruns, plebiscitos e outras modalidades de democracia direta. Enquanto o *welfare state* era criticado e até desmontado pelo capitalismo financeiro no mundo desenvolvido, o Brasil construía uma firme opção política pelo estado do bem estar social, com todas suas particularidades e dificuldades. A maior destas consiste na importância que o conceito de função social da propriedade teria como propulsor da ruptura definitiva do Brasil com suas raízes arcaicas e patrimonialistas.

Entretanto, para o Brasil seguir com sua estratégia de desenvolvimento, tinha que restabelecer, então, seus vínculos com o padrão de riqueza financeira em condições diferentes das quais estavam assentadas as bases antigas do nacional-desenvolvimentismo. A década de 1980 caracterizou-se por uma profunda crise monetária na economia brasileira, e pode ser considerada um período de transição. A crise do paradigma nacional-desenvolvimentista foi resolvida pelo padrão liberal de desenvolvimento. Em 1987, o Conselho Monetário Nacional iniciou a liberalização tanto das contas comerciais quanto das contas financeiras, processo esse aprofundado em 1991. Estas medidas permitiram que a economia brasileira acumulasse reservas em moeda estrangeira, mais tarde usadas como âncora da taxa de câmbio da moeda nacional.



As raízes das transformações da economia ao longo da década seguinte de 1990 vêm dos anos oitenta. A indexação dos contratos foi, na prática, mantida devido às altas taxas de juros. Após o restabelecimento das condições para os fluxos internacionais de capital – conhecido como o Plano Brady (1989), implementado pelo Brasil em 1994, logo antes do Plano Real – a dívida pública brasileira converteu-se pelo processo de securitização em valores mobiliários internacionais, cuja nova ligação era garantida por altas taxas de juros.

Com o êxito do Plano Real, o nascente Estado de Bem-Estar Social brasileiro havia criado uma condição autorrestritiva por meio da necessidade de altas taxas de juros para manter os níveis de lucratividade financeira interna e, inclusive, para garantir inicialmente a paridade do câmbio. Isto restringia a capacidade de ação da autoridade monetária, além de reduzir a margem de manobra da política fiscal.

O sistema financeiro e produtivo brasileiro foi reestruturado desde o Plano Real. Diversos bancos regionais foram privatizados, embora tenham permanecido nas mãos do Estado os maiores bancos públicos nacionais. Uma série de empresas estatais foi vendida para o mercado privado, a maior parte em operações duvidosas. Por último, o próprio Estado brasileiro foi reformado, mudando seu paradigma de instituições de planejamento de longo prazo para instituições de gestão de curto prazo, mesmo mantendo seus princípios constitucionais básicos de bem-estar social. Em suma, o Plano Real de 1994 trouxe estabilidade à economia brasileira, mas houve um preço a pagar: crescimento econômico mais baixo, aumento do desemprego, declínio da coesão social e redução da capacidade do Estado de implementar políticas públicas. Ao final da década de 1990, o progresso rumo às metas constitucionais de desenvolvimento civilizatório havia sido frustradamente lento.

Felizmente, o processo histórico de redemocratização brasileira não termina no melancólico paradigma neoliberal. Após a crise asiática de 1997, a sociedade Brasileira iniciou um novo processo que culminará, ainda que contraditoriamente, no retorno ao caminho para o desenvolvimento.

Em 1999, o Plano de Estabilização Macroeconômica reafirmou a centralidade da “financeirização” ao comprometer mais uma vez a política monetária e fiscal à securitização da dívida pública, agora baseada na tríade: superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante. Esta tríade tem sempre “conseguido” pôr o Brasil entre os países com a taxa de juros real mais alta do mundo, em todo tipo de combinação de fatores externos.

Contudo, ela também produziu mais um ciclo de estabilidade econômica e crescimento na década de 2000, com algo realmente incomum na história econômica do Brasil: os indicadores disponíveis de desigualdade, concentrados na distribuição da renda do trabalho, começaram a exibir redução significativa e persistente, diferentemente dos aumentos das décadas de 1960 a 1980 e da estabilidade dos anos noventa.

Esta singularidade do desenvolvimento brasileiro – combinando crescimento econômico com uma dimensão da distribuição de renda – é o foco inicial deste estudo. O Brasil, além de reinventar-se no capitalismo financeiro sustentado pelo sistema da dívida pública indexado a altos patamares de juros, paradoxalmente, foi também capaz de reintegrar a sociedade em um mercado interno de consumo de massas. A sociedade brasileira está vivendo uma espécie de *New Deal tardio*¹, composto de três grandes pilares. O primeiro é o crescimento econômico baseado na estabilidade dos preços e distribuição de renda do trabalho. O segundo é a consolidação tropical do *welfare state* baseada na seguridade social universal e a afirmação da democracia representativa. E o terceiro é a consolidação de um mercado interno de consumo de massas.

1. O desenvolvimento compartilhando a prosperidade

Como descrito acima, a primeira etapa do Plano Real resultou em uma economia com preços mais estáveis, embora com taxas de juros em altos pa-

1 O termo “*New Deal* brasileiro” segue a proposta analítica de André Singer, apresentada em (SINGER; 2009) e também em (SINGER; 2011).



tamares e uma baixa capacidade das políticas monetária e fiscal de manobrar a demanda agregada. De 1994 a 1998, a economia brasileira passou por uma queda sistemática da taxa de crescimento tanto do PIB quanto do PIB per capita. O mesmo se aplica à renda per capita média das famílias, que é uma declaração de fluxos monetários fornecida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), isto é, uma maneira de entender a riqueza e o desenvolvimento econômico diferente da abordagem tradicional das Contas Nacionais.²

O segundo período do Real, descrito como Plano de Estabilidade Macroeconômica, começou em 1999 com uma forte desvalorização da moeda, que foi muito importante para a competitividade externa dos empresários, mas que reduziu o poder de compra da renda das famílias, contribuindo para alimentar um forte antagonismo entre a dinâmica do PIB e a renda dos domicílios brasileiros. Este cenário econômico facilitou a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) do Partido dos Trabalhadores (PT), como primeiro presidente do Brasil oriundo do operariado.

2 Tanto a PNAD quanto as Contas Nacionais são fornecidas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mas sua eleição não quebrou o Plano Real. Lula manteve sua base com uma abordagem diferente face às políticas públicas e às dinâmicas econômicas. Desde o Plano Plurianual de 2004-2007 – instrumento estratégico de planejamento do Estado brasileiro – já estava inscrita que a intenção primordial do novo governo era fortalecer o mercado interno brasileiro por meio da redução do desemprego e do aumento dos salários, especialmente do salário mínimo. Desde o início do governo Lula, o modelo de desenvolvimento era completamente diferente da primeira fase do Plano Real, esta centrada na produtividade, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Como mostrado no Gráfico 1, o período de 2003 a 2012 foi marcado por forças positivas de prosperidade econômica: as taxas de crescimento tanto do PIB quanto do PIB per capita foram mais altas que durante a primeira fase do Plano Real, mas elas também se aproximaram, indicando que o crescimento econômico brasileiro estava se espalhando melhor por meio da dinâmica demográfica. E houve, também, um crescimento incrível na renda per capita média dos domicílios, indicando que a percepção do crescimento econômico era melhor entre as famílias captadas pela pesquisa domiciliar do que entre os agentes econômicos captados pelas

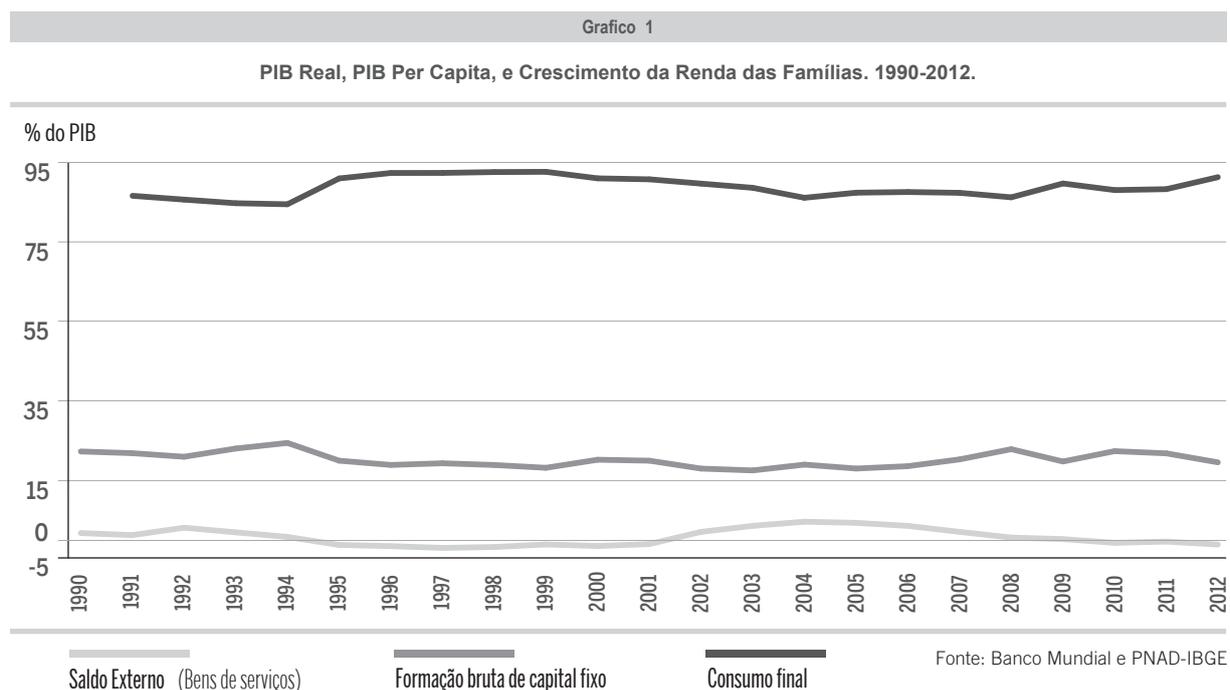
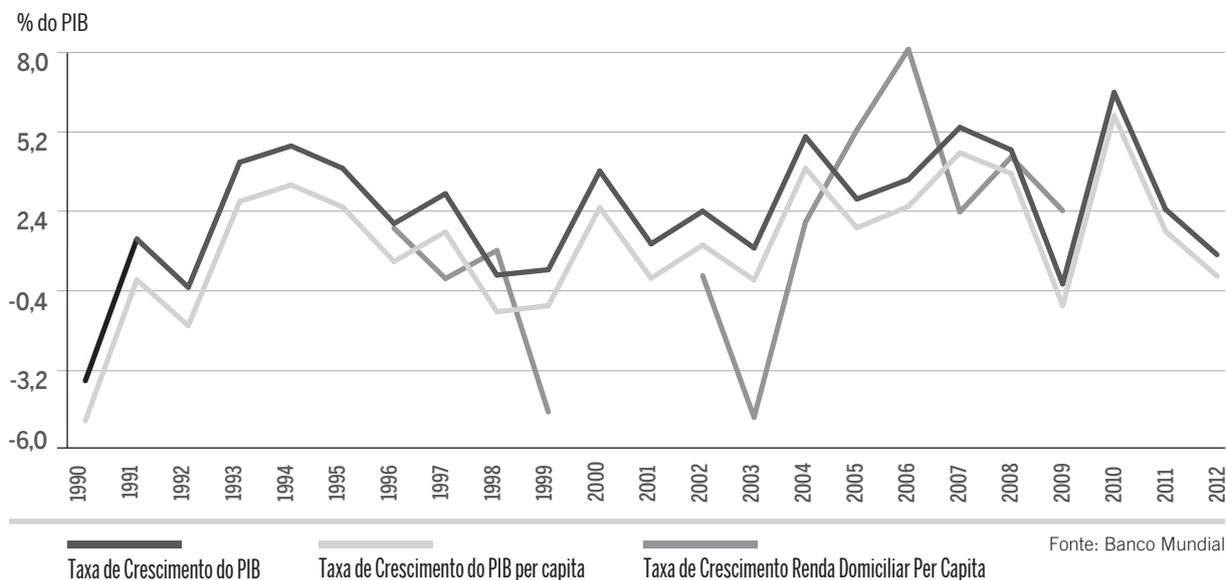




Gráfico 2

Componentes da Demanda Agregada (% PIB). 1991-2012.



Contas Nacionais, ainda que ambos estivessem indubitavelmente ligados.

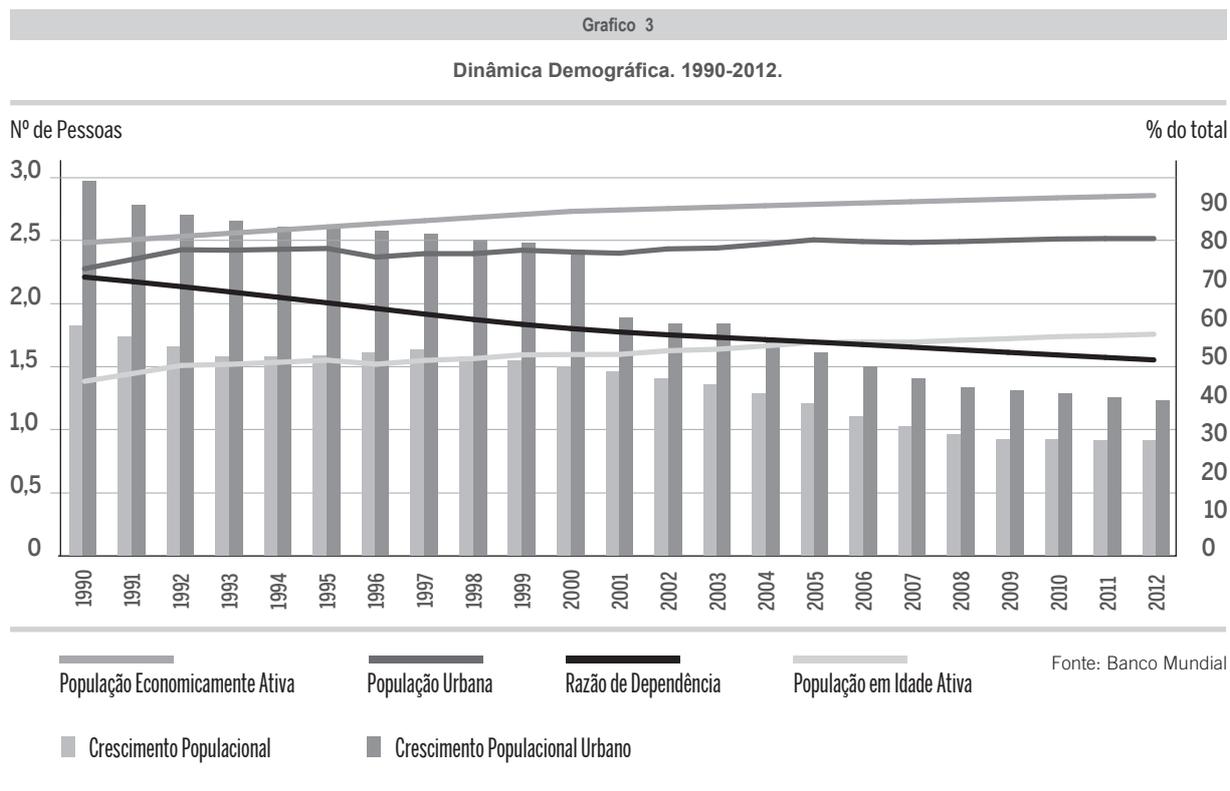
Pela lógica das grandes identidades presentes na Contabilidade Social (Produção; Renda; Gasto), o admirável período de prosperidade entre 2003 e 2012 pode ser explicado fortemente pela ótica da renda no processo de geração de riqueza, onde: (i) a dinâmica do mercado de trabalho desempenhou um papel central tanto no crescimento da riqueza quanto em sua distribuição; e (ii) as políticas públicas brasileiras atuaram como salvaguarda e líder destas transformações do mercado de trabalho. Entretanto, paradoxalmente esse padrão de desenvolvimento não foi capaz de induzir mudanças estruturais aos componentes da demanda agregada, observadas pela ótica do gasto.

O padrão brasileiro de crescimento econômico baseia-se em grande medida nos gastos com Consumo, com uma volatilidade moderada da Formação Bruta de Capital (investimento). A parte externa da economia é mais importante para a balança de pagamentos, para acumular divisas internacionais, que para as Contas Nacionais. Inclusive, embora se possa argumentar que, de uns anos para cá, as importações tenham desempenhado um papel expressivo na determinação dos níveis tanto de consumo

quanto de investimento, impactando positivamente quando se aplica o conceito de Grau de Abertura (exportações e importações sobre o PIB).

Outro aspecto do crescimento econômico brasileiro, no período 2003-2012, consiste em sua dinâmica demográfica muito mais favorável que no passado, quando a urbanização cresceu a taxas tão altas que qualquer tipo de planejamento urbano de longo prazo tinha que ser constantemente adaptado. Como mostra o gráfico 3, na década de 1990, e especialmente na década de 2000, o Brasil já era um país altamente urbanizado, com desaceleração das taxas de urbanização coerentes também com a perda do ritmo do aumento populacional total. Este fenômeno – o do envelhecimento da população – é parecido com o observado na Europa, mas com uma diferença importante: o Brasil vivia, então, sua “janela demográfica”, isto é, etapa demográfica na qual a maior parte da sociedade está dentro da faixa etária produtiva e ativa (15-64 anos).

A “janela demográfica” tinha permitido que o Brasil aumentasse a qualidade das políticas públicas com grandes ganhos de prosperidade social e econômica, porque havia menos pressão vinda do lado “improdutivo” (crianças e idosos). É, também, o melhor momento histórico para financiar o Es-



tado do Bem-Estar Social, pois a maior parte da população estava no mercado de trabalho, gerando um excedente e pagando impostos. Era uma ajuda importante, porém não providencial, pois o direcionamento destas virtudes históricas ao crescimento inclusivo foi uma decisão tomada no plano da política democrática, não sendo um suposto destino nacional inevitável a ser realizado.

Dadas estas mudanças em termos de prosperidade, no entanto, sem atingir a estrutura mais profunda da Demanda Agregada, a primeira rodada do *New Deal* brasileiro no começo do século 21 deu-se após uma decisão política voltada ao crescimento inclusivo. O crescimento real da economia podia ser dedicado, então, a áreas estruturantes da atividade econômica, saindo-se, pois, do padrão de crescimento refreado da década de 1990. Em termos dinâmicos, a acumulação de capital passou das áreas defensivas do realinhamento internacional para as áreas ofensivas da competição internacional e, ao mesmo tempo, fez avançar novamente diversos setores da economia interna, que haviam sido esquecidos desde os últimos dias do nacional-desenvolvimentismo.

2. Observando a desigualdade e os determinantes de sua redução

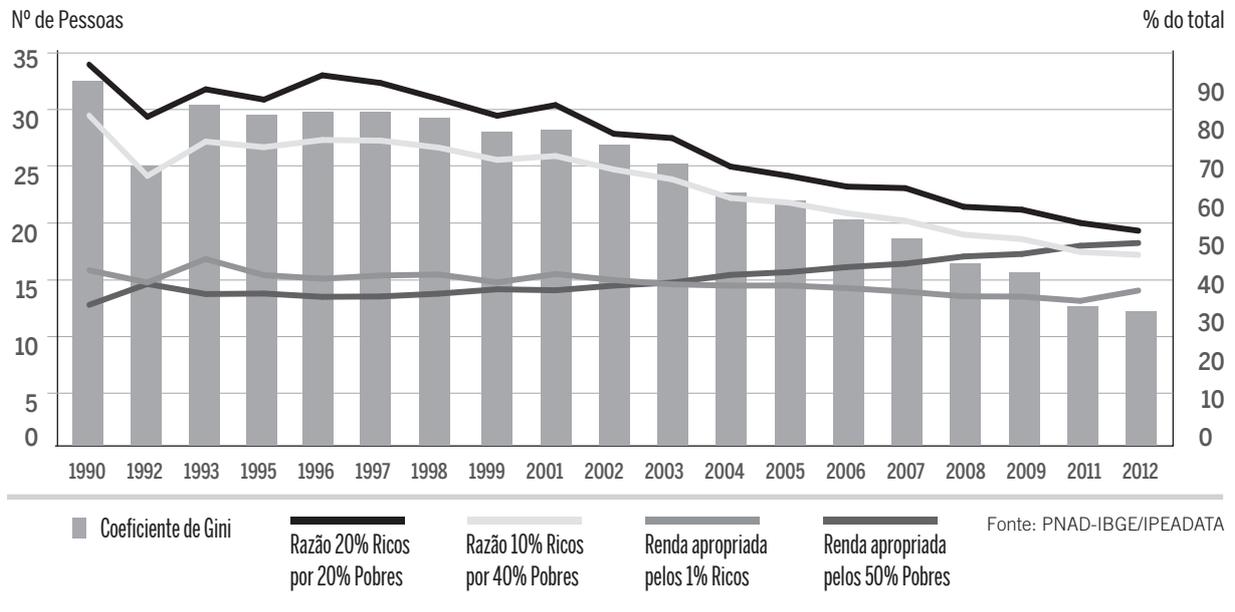
Há muitas maneiras de se observar as desigualdades sociais e econômicas. A metodologia mais comum é a abordagem da desigualdade de renda. (Ela é útil, mas insuficiente para compreender uma questão tão complexa por inteiro.) Apresentar os principais dados sobre a evolução da desigualdade de renda no Brasil é tarefa simples e objetiva. Todas as medidas, mais comumente usadas, mostram o Brasil reduzindo expressivamente a desigualdade de renda no período 2003-2012. Como será discutido adiante, as taxas de desigualdade foram derrubadas pela melhora das capacidades do mercado de trabalho de gerar empregos de qualidade e pela reativação de políticas públicas tanto universais, como de saúde, educação e seguridade social, quanto as transferências diretas como o Bolsa Família.

O Gráfico 4 resume diferentes dimensões da redução da desigualdade. Começa com o coeficiente de Gini, que caiu de forma expressiva em duas décadas, de 0,614 para 0,53, uma redução de 13%. 73% da redução se concentram no período 2003-2012, e



Grafico 4

Indicadores de Desigualdade de Renda Per Capita Domiciliar. 1990-2012.



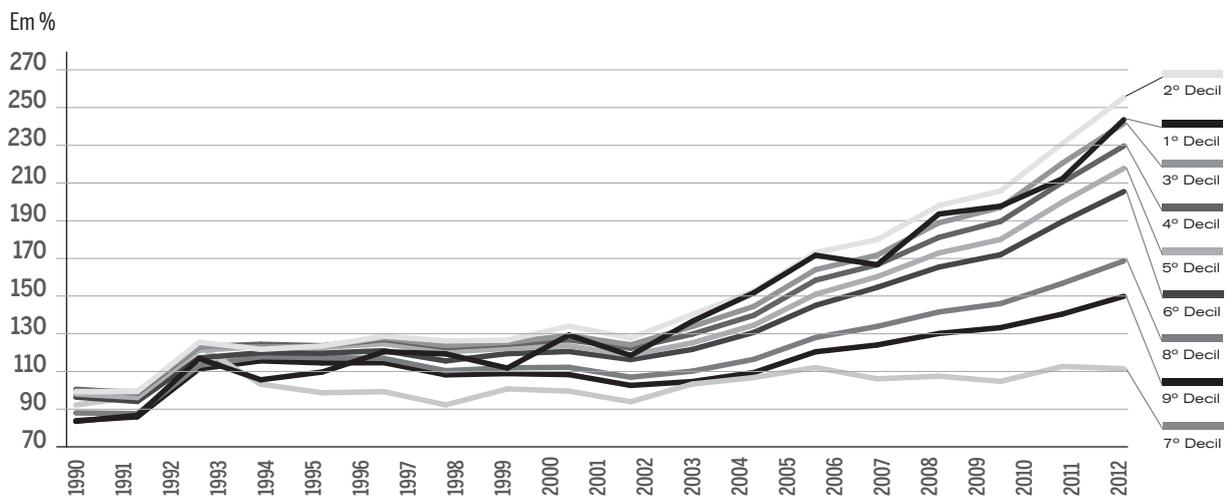
o restante, no período 1990-2002. Fica clara a diferença entre os padrões de crescimento inclusivo das duas décadas analisadas.

As mesmas inflexões, embora com diferentes níveis de intensidade, são observadas quando se examina a participação de ricos e pobres na renda. Ainda no Gráfico 4, a participação dos 50% mais pobres

cresceu de 11% para 16% da renda total, ao passo que a do 1% mais rico caiu ligeiramente de 14% para 12% da renda total. Mudanças mais expressivas são constatadas quando se comparam as razões 10/40 e 20/20, mostrando que a redução da desigualdade no Brasil se concentra no comportamento das rendas medianas dentro da distribuição total, e não em suas extremidades.

Grafico 5

Renda Per Capita Domiciliar por Decis. 1990-2012 (Base 100 = 1990).





De modo a compreender melhor esta afirmação, é importante consultar o próximo gráfico, em que a distribuição por decis mostra claramente as diferenças entre os decis mais pobres (do 1º ao 6º), com taxas espetaculares de crescimento de sua renda per capita, e os mais ricos (do 7º ao 10º) com taxas próximas à média. O 2º decil mais pobre teve um aumento acumulado em sua renda de 148,5% ao longo do período 1990-2012, enquanto o 7º (ou quarto mais rico) acumulou 12% de aumento real de renda.

Após 2003, a distribuição da renda per capita tendeu a aumentar nos níveis de renda médio-baixos e baixos com intensidade bem maior que nos níveis médio-altos e altos, criando o padrão “espalhado” mostrado no Gráfico 5. Não obstante, os níveis de desigualdade de renda no Brasil são extremamente altos, e o crescimento da riqueza no lado mais pobre da sociedade ainda não é suficiente para transformar o país e fazer com que tenha patamares mais “civilizados” de desigualdade. As diferenças sociais e econômicas existentes no Brasil continuam sendo o maior desafio do desenvolvimento para os estadistas e para a cidadania como um todo.

Outro fenômeno interessante, relativo à redução da desigualdade no Brasil, é que se trata de um processo em andamento sem quaisquer mudanças fundamentais na estrutura tributária. Usando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a tributação brasileira continua sendo extremamente regressiva, já que os impostos indiretos constituem mais de 14% da renda total e os impostos diretos apenas cerca de 9% da renda total (IPEA; 2011d; p. 6). O Gini da distribuição de renda com os impostos (0,571) e sem os impostos (0,598) também indica isto, por todo o caminho até se chegar à distribuição final da renda, de 0,496 (Idem; p. 4). Em outras palavras, a redução da desigualdade está se dando a despeito da ausência de uma reforma tributária progressiva, algo muito incomum na história das economias desenvolvidas baseadas no *welfare state*.

A recomposição da capacidade do Estado de operar políticas públicas e a combinação do crescimento econômico com avanços sociais é um dos exemplos mais importantes da experiência brasileira no período 2003-2012. A recuperação de uma agenda de

Tabela 1

Decompondo Contribuições Líquidas ao Crescimento da Renda e à Redução da Desigualdade de Renda (Gini), 1992-2012.

	Crescimento da Renda	Redução do Gini
Mercado de Trabalho	71%	47%
Seguridade Social	23%	15%
Transferências de Renda (constitucionais e Bolsa Família)	4%	24%
Outros	2%	13%

Fonte: IPEA; 2013, baseado em PNAD-IBGE.

desenvolvimento nacional com direitos democráticos sociais e políticos, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, diferentemente do passado autoritário, combinou a impressionante capacidade de geração de riqueza do capitalismo moderno com melhorias na distribuição social, centradas na integração ao mercado de trabalho e no ativismo das políticas públicas. A tabela (IPEA; 2014) mostra o impacto do mercado de trabalho tanto sobre o aumento da renda quanto sobre sua distribuição ao longo das duas últimas décadas. Os dados foram obtidos por meio de regressões estatísticas das principais causas das variações e distribuições da renda per capita domiciliar.

Na falta de uma reforma tributária progressiva, a crescente prosperidade e a luta contra as desigualdades foram determinadas pela integração das pessoas ao mercado de trabalho e pela expansão das políticas públicas. O primeiro processo consistiu na criação de grande número de novos empregos formais combinado com uma política consistente de valorização do salário mínimo. Dados básicos a respeito do mercado de trabalho são apresentados no Gráfico 6. Fica claro quão relevante para o comportamento da remuneração média é ter uma política permanente para o salário mínimo, como se defendeu implicitamente ao final do governo FHC. Mas sob os presidentes petistas Lula e Dilma Rousseff isto se tornou uma das diretrizes políticas mais importantes do governo federal. A taxa de desemprego caiu continuamente de mais de 10% em 2003 para 6,7% em 2012, ao passo que a porcentagem de trabalhadores no setor informal diminuiu de 54% para 44% do total.



Gráfico 6 a

Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro. 1990-2012.

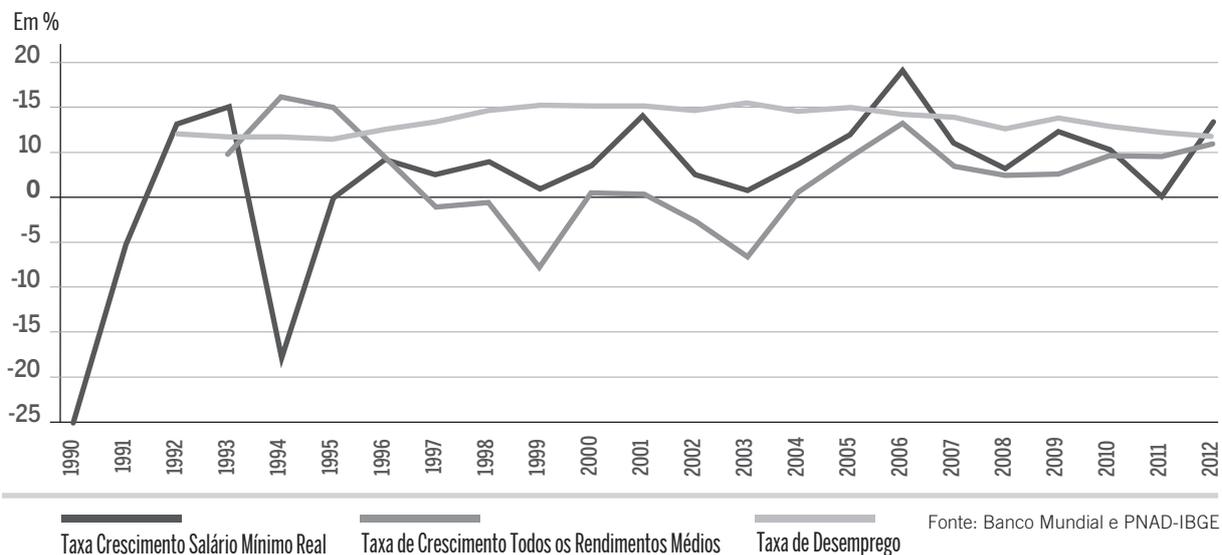
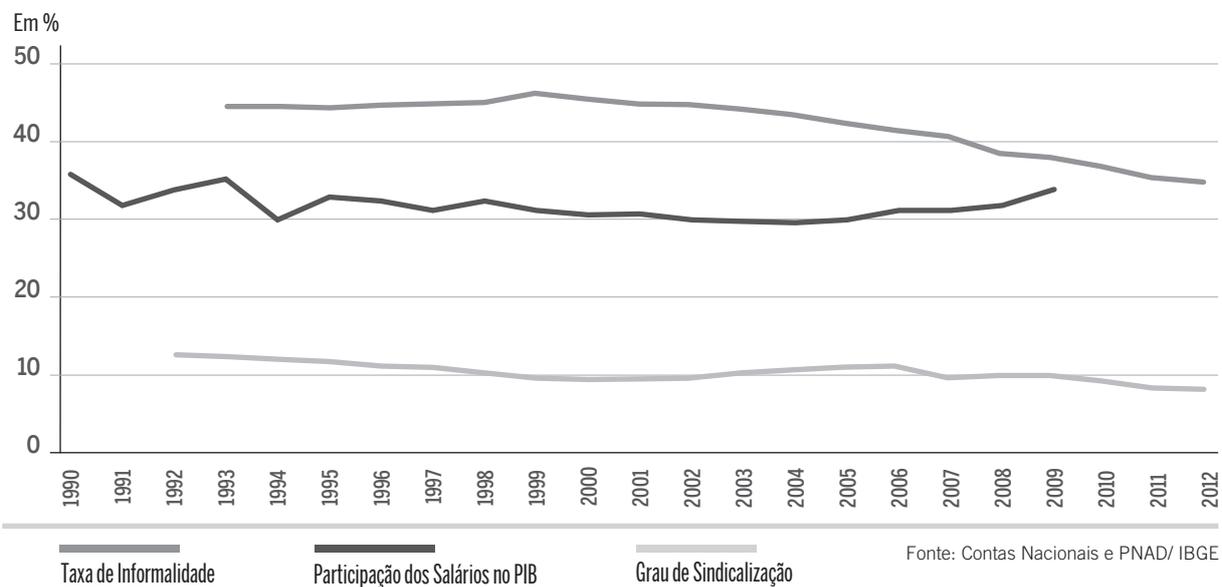


Gráfico 6b

Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro. 1990-2012.



Mais dois temas relativos ao Gráfico 6 devem ser considerados. Primeiro, o processo de estruturação do mercado de trabalho forneceu o grosso da redução da desigualdade no Brasil, e está longe ter se exaurido. Isso porque todos os avanços da renda salarial levaram somente a uma ligeira modificação na distribuição de fluxos entre capital e trabalho, já que a participação dos salários no PIB cresceu de 39,5%

em 2003 para 43,6% em 2009, um nível muito mais baixo se comparado ao dos países desenvolvidos. E mesmo considerando as taxas de desemprego baixas, há ainda muito o que melhorar em termos da qualidade dos empregos com a redução da informalidade.

O outro lado da geração de empregos – a produtividade e o custo unitário do trabalho – contribui



para a tese da determinação do mercado de trabalho sobre o progresso social recente. Mesmo após o aumento maciço do número de trabalhadores ocupados devido à geração de empregos do *New Deal* brasileiro, a produtividade total do trabalho e a média dos ganhos salariais puderam crescer juntas entre 2003 e 2012, sendo esta última mais volátil. Contudo, a produtividade do trabalho cresceu diferentemente quando se comparam os setores primário, secundário e terciário. Uma questão especialmente preocupante é a queda da produtividade industrial na última década (ver SCHEFF; 2012). Em geral, esta associação entre produtividade e aumento da renda se deu inicialmente sem aumentos significativos no custo do trabalho. O custo unitário do trabalho, que é extremamente cíclico e afetado pelo comportamento da taxa de câmbio, chegou ao fim de seu ciclo de queda exatamente em 2003, voltando a subir até 2011 e depois aparentando entrar em queda novamente.

Seguindo com o tema das causas do crescimento inclusivo, constata-se uma incrível reconstrução da capacidade de se implantar políticas públicas, ainda que pressionada pela estrutura de juros altos do Plano Real. Com relação apenas à esfera federal, os gastos com políticas sociais passaram de 11,2%

a 15,4% do PIB entre 1995 e 2010³. Mesmo com os constrangimentos fiscais e monetários impostos pelo capital financeiro, as políticas públicas foram expandidas. Novos programas nacionais foram criados para melhorar a educação técnica, as universidades federais e particulares foram expandidas e perseguiu-se a efetiva universalização da educação primária e secundária. O Sistema Único de Saúde (SUS) – universal e público – foi melhorado tanto em termos de seu financiamento quanto de sua gestão. O sistema de seguridade social tornou-se mais estável financeiramente com o aumento do emprego formal. Programas de transferência de renda como o Bolsa Família criaram novas habilidades entre os formuladores de políticas públicas com respeito ao desenvolvimento de maneiras diretas e locais de registrar e resgatar famílias extremamente pobres.

Quanto mais o Brasil expandia seu *welfare state*, melhor para a prosperidade econômica e social, bem como para a redução da desigualdade. Um dos estudos mais importantes do IPEA é uma complexa simulação de como cada tipo de gasto público impactaria o crescimento e a distribuição da renda. Usando vários bancos de dados oficiais, como as

3 IPEA; 2011b; p. 15.

Grafico 7

Produtividade, Renda e Custo do Trabalho. 1990-2012.

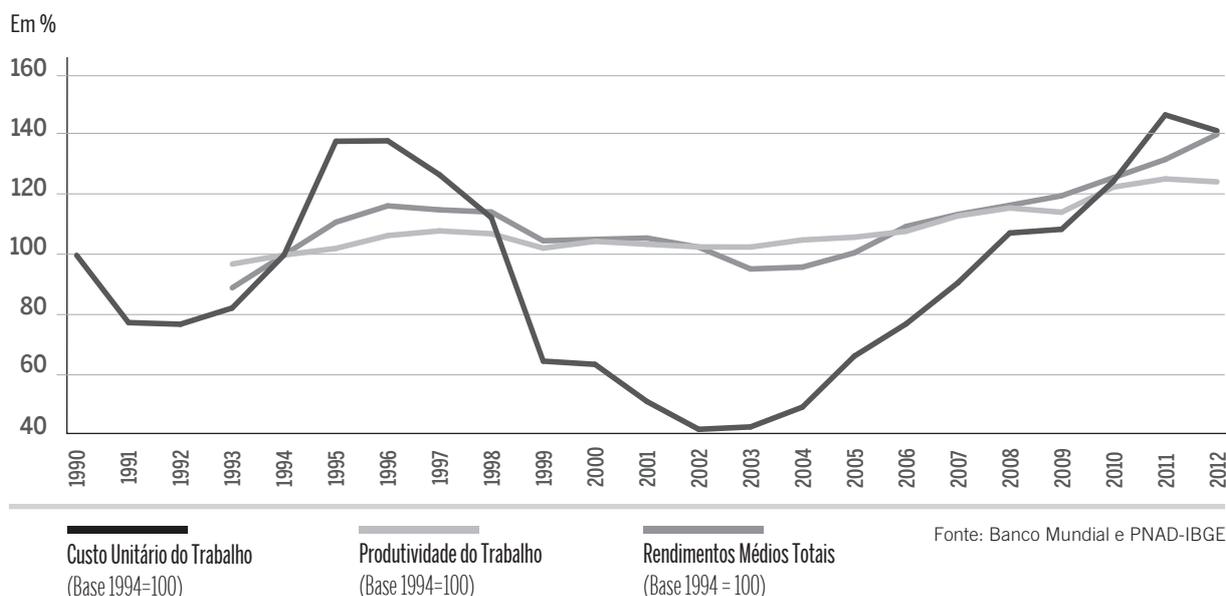




Tabela 2

Virtuosidade das Políticas Sociais no Brasil (Simulações baseadas em 2006)

	Multiplicador Keynesiano sobre o PIB	Multiplicador Keynesiano sobre a Renda das Famílias	Redução Marginal do GINI
Gastos em Educação Pública	1,85	1,67	-1,10%
Gastos em Saúde Pública	1,7	1,44	-1,50%
Bolsa Família (Transferências Diretas)	1,44	2,25	-2,20%
Transferências Constitucionais	1,23	2,2	-2,30%
Seguridade Social (Setor Privado)	1,23	2,1	-1,20%
Investimento em Construção Civil	1,54	1,14	0%
Exportações de Commodities	1,4	1,04	0%
Juros da Dívida Pública	0,71	1,34	0,10%

Fonte: (IPEA; 2011a e IPEA; 2010). Baseado nas Contas Nacionais-IBGE e POF-IBGE.

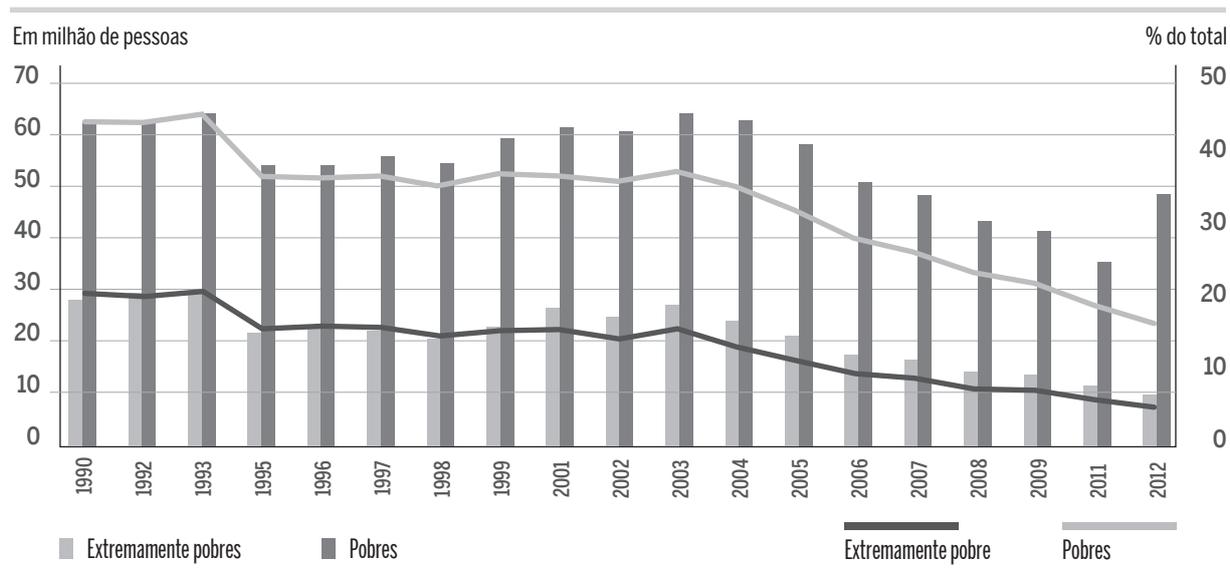
Contas Nacionais e a POF, criou um cenário hipotético do impacto marginal de um ponto percentual adicional de gasto público sobre o PIB, a renda das famílias e a distribuição (Gini).

As informações fornecidas pela Tabela 3 levam-nos a reconhecer que as políticas sociais brasileiras são extremamente virtuosas, não apenas na promoção

dos princípios de bem-estar social estabelecidos pela Constituição Federal, mas também no tocante ao crescimento econômico e à distribuição de renda. Os multiplicadores Keynesianos dos gastos sociais e das transferências diretas são mais altos que os dos investimentos públicos em habitação e outras formas de construção civil. As políticas públicas em questão são não só economicamente virtuosas, mas

Gráfico 8

Redução da Extrema Pobreza e da Pobreza*. 1990-2012



Fonte: Banco Mundial e PNAD-IBGE

*Obs.: utiliza-se a linha de pobreza atualizada e estadualizada, tendo como referência as capacidades calóricas, segundo metodologia desenvolvida pela pesquisadora Sonia Rocha, cujos dados estão disponíveis no IPEADATA. Não há uma linha de pobreza oficial no Brasil, ainda que os estudos do Ministério de Desenvolvimento Social apoiem-se numa linha única de R\$ 70 e R\$ 140 (corrigidos) como balizadores da extrema pobreza e da pobreza, respectivamente.



também contribuem diretamente para a redução do coeficiente de Gini, ao contrário dos investimentos públicos em construção civil e das exportações de commodities (posição neutra). E o que é mais importante: o exercício praticamente afirma a não-virtuosidade dos gastos públicos com juros da dívida pública, seja por critérios econômicos ou distributivos. Esta modalidade de gastos tem um multiplicador Keynesiano sobre o PIB inelástico e contribui para o aumento de desigualdade de renda.

Ao combinar a geração de empregos de qualidade com políticas públicas ativas, o Brasil pôde retomar o caminho do desenvolvimento com bem-estar social. O crescimento consistente da renda das famílias com melhor distribuição acelerou a redução da pobreza durante o período 2003-2012, quando mais de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza e outras 16 milhões, da extrema pobreza.

Esta evolução extraordinária dos indicadores de pobreza traz à tona questões relativas ao modelo de desenvolvimento do Brasil. Será este um modelo real de mudanças econômicas e sociais estruturais? Já que aumenta a renda per capita, a renda das famílias, a geração de empregos e o bem-estar de toda a sociedade, com desigualdades caindo e um crescente excedente social, haveria alguma coisa errada com este modelo? Mesmo considerando que o *New Deal* brasileiro dependa, primordialmente, da garantia das condições monetárias e fiscais para financiar a reprodução capitalista, seria suficiente a margem gerada pela acumulação de capital, que permitiu toda essa evolução social?

Alguns estudiosos têm tentado entender este fenômeno como uma real mudança estrutural, que acabaria por criar um tipo diferente de sociedade, mais parecida com o mundo desenvolvido, com uma grande classe média dando a tônica dos padrões sociais e econômicos. Estes acadêmicos são comumente descritos como os defensores da “nova classe média” (NERI; 2011) na formação do modelo de desenvolvimento do Brasil. Neste, as mudanças estruturais na renda domiciliar estariam levando a mudanças estruturais na própria sociedade, criando um bloco relevante de poder econômico que não existia antes da década de 2000.

Tabela 3

Características sociais dos domicílios relativas à “Metodologia da Nova Classe Média”. 2008-2009.

	Nova Classe Média (de R\$ 1.200,00 a R\$ 2.525,00)	Classe Média (de R\$ 2.525,00 a R\$ 3.849,00)	Classe Média Alta (de R\$ 3.849,00 a R\$ 5.174,00)
Moram em imóvel próprio	67,80%	68,50%	69,20%
Até duas pessoas por quarto	79,40%	84%	87,10%
Mais de 3 pessoas por quarto	12,90%	10,80%	8,70%
Não há banheiro	1,80%	0,50%	0,10%
Não tem cartão de crédito	72,90%	56,80%	46%
Não tem crédito bancário	90,50%	75,40%	63,70%
Ensino médio completo	2,90%	9,20%	16,50%
Ensino fundamental completo	58,20%	48,90%	39,20%
Analfabeto	12,10%	5,30%	3,10%
Não tem plano de saúde privada	80,80%	62,10%	47,40%

Fonte: UCHÔA e KERSTENETZKY; 2012. Tabelas 6 e 8

Do outro lado do debate acadêmico, outros estão propondo uma abordagem diferente desse *New Deal* tropical. Apesar da transformação da renda familiar e até do bem-estar geral, existem algumas insuficiências que impedem mudanças sociais estruturais reais (POCHMANN; 2012). Reconhecer todas as melhorias sociais do modelo de desenvolvimento do *New Deal* brasileiro não basta para confirmar quaisquer transformações estruturais nas classes sociais.

A persistência de profundas desigualdades pode ser observada na Tabela 4, que incorpora a metodologia de estratificação da “nova classe média” – em relação à renda familiar – e compara características sociais para além dos fluxos monetários. Há notáveis diferenças quanto à educação, condições de moradia e acesso a serviços entre a “nova classe média” e a classe média tradicional. Com base nestes indicadores sociais simples e objetivos, a chamada “nova classe média” mais se assemelha a



uma próspera classe trabalhadora tradicional – uma “nova classe trabalhadora” (POCHMANN; 2012) – que a qualquer tipo de classe média.

3. A desigualdade oculta pelas pesquisas domiciliares

O que não sabemos sobre a desigualdade brasileira que, seguramente, desataria o modelo de desenvolvimento com bem-estar social rumo a uma verdadeira mudança estrutural econômica e social?

Desde a década de 1960, novas perspectivas teóricas têm sido desenvolvidas para entender melhor o fenômeno da desigualdade no Brasil. Na época, as características profundamente desiguais do processo de modernização brasileiro careciam de ferramentas quantitativas, que pudessem demonstrar que a industrialização transformou o Brasil, mas também ampliou suas contradições com base na desigualdade e na exclusão.

Este esforço de interpretação muito se beneficiou do desenvolvimento de técnicas demográficas censitárias a partir de 1970. Estas permitiram a coleta de micro dados individualizados com um grau razoável de precisão para a época, incluindo detalhes relativos à demografia, moradia, mercado de trabalho, renda e bens de consumo duráveis. Um aumento abrupto na desigualdade sob o regime autoritário mudou a natureza do apoio da sociedade civil ao modelo conservador de desenvolvimento nacional, contribuindo assim para o inevitável processo de democratização.

Em quaisquer abordagens metodológicas relativas a desigualdades – até nas mais complexas – as principais fontes são pesquisas domiciliares centradas em autodeclarações sobre padrões sociais e econômicos, incluindo renda e gastos. Basicamente, tais pesquisas de domicílios mensuram fluxos. Pouco tratam de patrimônio, riqueza ou ativos. Dada esta centralidade dos fluxos na pesquisa social contemporânea, o índice de Gini, uma das metodologias usadas neste estudo, estabeleceu-se como o instrumento principal para analisar a concentração de renda.

Quando os fluxos de renda são distribuídos de forma altamente desuniforme, como no caso do Brasil,

o pequeno grupo das famílias mais ricas é subestimado pela amostra. Ademais, rendas altas têm origens mais diversas que a renda média – isto é, os ricos raramente são ricos devido a uma única fonte de renda (um salário, juros, alugueis, etc.) – tornando-se assim mais difícil estimar rendas altas. Esta deficiência em captar patrimônio e ativos nas pesquisas domiciliares é um dos maiores desafios para uma compreensão completa das dinâmicas da desigualdade no Brasil ou em qualquer outra economia capitalista moderna.

Esta economia oculta do patrimônio não se baseia nos fluxos de renda, mas em ativos que, grosso modo, podem ser divididos em três tipos: i) riqueza financeira, tais como ações, bônus, derivativos e papéis de dívidas públicas ou privadas; ii) propriedades imobiliárias, isto é, terra, terrenos, construções e ativos urbanos, imóveis de todos os tipos; e iii) riqueza mobiliária, representada pela acumulação de ativos móveis produtivos ou participações patrimoniais em tais ativos e pela posse de bens duráveis, de arte e de luxo. Cada uma destas dimensões representa os pilares dos fluxos de capital, propriedade e trabalho.

Um conhecimento melhor destes estoques de riqueza poderia revelar novas fontes de financiamento para políticas públicas redistributivas. No Brasil, a tributação da herança e da propriedade é completamente subestimada devido à falta de bancos de dados públicos. A desigualdade, que tem um caráter multidimensional, é percebida somente em termos da desigualdade de fluxos, e ninguém sabe o que aconteceu com a desigualdade de estoques, ou seja, com a distribuição da riqueza cristalizada por todos os agentes econômicos.

Curiosamente, durante todo o processo de redução da desigualdade de renda ao longo da última década, uma pergunta chave ficou sem resposta: o que aconteceu com a distribuição da propriedade durante o mesmo período? Os dados publicamente disponíveis são insuficientes para responder a esta pergunta.

Há indícios que a desigualdade de estoques econômicos seria um dos constrangimentos estruturais mais importantes do *New Deal* brasileiro e seu modelo de desenvolvimento. Estudos específicos sobre



os preços dos imóveis em grandes cidades – muitos deles conduzidos por empresas envolvidas na especulação imobiliária – atestam o brutal processo de concentração e valorização de propriedades nos bairros nobres das principais cidades brasileiras.

A mesma dinâmica observa-se com respeito à riqueza financeira. No período 2003-2012, as altas taxas de juros e o crescimento do mercado de capitais foram instrumentos chave de concentração de ativos nas mãos dos mais ricos. Estes processos de acumulação financeira são indissociáveis do sistema da dívida pública, e pressionam constantemente as capacidades das políticas monetária e fiscal. O resultado financeiro desta hierarquia é a captura de recursos públicos por setores da sociedade, que realizam lucros abusivos: em 2013, as obrigações relativas à dívida pública excederam um terço de toda a receita federal.

O desafio final para entender e combater as desigualdades estruturais no Brasil é a dimensão produtiva da economia dos estoques, que também exhibe sinais de concentração. Embora a participação dos salários na renda nacional tenha evoluído positivamente ao longo da última década, há pesquisas sobre a concentração de riqueza que são desencorajadoras⁴, mostrando um controle maciço de ativos por parte de poucas famílias ou grupos, particularmente em setores estratégicos como alimentos, tecnologia, comunicação, saúde, bancos e transporte. Os chamados “vencedores nacionais” e o surgimento de um grande número de fortunas bilionárias, muitas das quais assentadas em processos de concentração de ativos mal estruturados, são fortes indícios de uma concentração de propriedade que, inevitavelmente, porá em risco a recente distribuição de renda do trabalho, observada na superfície da reprodução econômica da sociedade capitalista ao longo do período entre 2003 e 2012.

Essa tarefa, essencial para abrir uma nova fronteira de pesquisa sobre a distribuição da riqueza, implicaria a criação de uma base de dados declaratória so-

bre patrimônio pelo maior número de anos possível, expandindo de forma inédita o horizonte da pesquisa sobre desigualdade (possibilitando, inclusive, o cálculo de um coeficiente de Gini patrimonial). Ademais, isto revelaria setores sociais nos quais a riqueza se acumulou mais que em outros, possibilitando que se corrijam distorções relativas ao acesso à propriedade e se encontrem novas fontes de financiamento para o *welfare state* redistributivo. Esta perturbação na fronteira expandiria decisivamente o conhecimento sobre as dinâmicas da acumulação capitalista no Brasil e, o que é mais importante, poderia ser estratégica para o *New Deal* brasileiro poder continuar a avançar rumo aos objetivos de seu modelo de desenvolvimento com bem-estar social.

3.1. Ensaio para uma linha de pesquisa em desigualdade patrimonial no Brasil

O estouro do “fenômeno” Thomas Piketty e seu livro “O Capital no Século XXI” impulsionou o debate no mundo todo sobre a questão das rendas de capital. No caso brasileiro, o livro ensejou, positivamente, um conjunto de discussões sobre a existência e a operacionalidade de uma base de dados patrimoniais capaz de elucidar um dos maiores segredos da dinâmica de redistribuição da renda do trabalho no Brasil contemporâneo: sua conexão inversa com os estoques patrimoniais.

A hipótese de trabalho levantada aqui é que haveria um processo subjacente e anterior de concentração de estoques que, justamente, permitiria o processo de desconcentração dos fluxos, em especial nos fluxos do trabalho. Essa indagação, no entanto, carece de acesso qualificado a uma base empírica suficientemente sólida, que seria o cadastro de pessoa jurídica e pessoa física da Receita Federal, gerado a partir das declarações do Imposto de Renda.

A base da Receita permitiria tanto o acesso às rendas de capital quanto aos estoques de riqueza. Ainda que pudesse haver falsas declarações ou subestimação do valor de mercado do patrimônio – o que também é comum para o caso dos fluxos declarados em todas as pesquisas domiciliares –, a base da Receita nortearia um melhor entendimento sobre o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil recente.

4 Quem desejar ter uma excelente amostra desse cenário de concentração da propriedade privada no Brasil, ver <http://proprietariosdobrasil.org.br/>. Trata-se de uma pesquisa colaborativa organizada pelo Instituto Mais Democracia.



Concordando integralmente com o artigo recente de Nelson Barbosa⁵, há condições técnicas para acessar estes dados e, simultaneamente, proteger o sigilo fiscal inerente a eles, por meio de desidentificação ou agregação mínima das pessoas físicas e jurídicas.

O entendimento sobre o fenômeno patrimonial, no entanto, deve-se valer de alguns cuidados metodológicos. Primeiramente, a abordagem da riqueza declarada pertence ao mundo dos estoques econômicos, cujas relações com os fluxos são pouco conhecidas, quando muito, claramente contraditórias. Os conceitos de renda do capital e do trabalho, como também sua apropriação e distribuição, pertencem ao mundo dos fluxos, cujas bases disponíveis são as Contas Nacionais e pesquisas domiciliares como a PNAD e a POF, todas estas feitas pelo IBGE. Esse grande fluxo circular da renda, que alimenta a economia ao longo de cada ano, não pode ser comparado diretamente aos estoques de riqueza. Ao mesmo tempo, estes estoques são o subterrâneo do conflito distributivo na economia, pois alimentam os ganhos, tanto do capital quanto do trabalho, por meio de suas realizações na economia de mercado: seja por meio da obtenção de direitos pela posse do ativo patrimonial (produtivo, financeiro ou imobiliário), seja pela venda deste e realização de seu valor estimado, convertendo a riqueza estocada em fluxos da renda.

Afirmar, por exemplo, que a soma dos valores imobiliários declarados da cidade de São Paulo representaria a tantos por centos do PIB brasileiro é um desconhecimento da natureza completamente distinta que há entre fluxos (PIB) e estoques de riqueza. Explicando mais esta diferença: uma unidade de riqueza patrimonial, tal como um apartamento em uma região valorizada dos grandes centros urbanos, não garante imediatamente o fluxo de renda equivalente à totalidade do valor de venda do ativo. Somente após a venda efetiva no mercado ou por meio da exploração econômica do direito de posse do apartamento em questão é que o valor estocado no ativo se converte em fluxos, distribuídos entre rendas de capital e de trabalho.

Da mesma forma que é perfeitamente possível encontrarmos desacoplamentos entre os estoques de riqueza de um indivíduo e seu fluxo presente de renda, é possível também que o processo de distribuição pessoal e até mesmo funcional da renda, observado nesta chamada “Década Inclusiva”, talvez tenha escondido um processo maior de concentração de estoques de riqueza, compensando as perdas dos donos do poder no conflito distributivo dos fluxos econômicos, circunscrevendo essa inclusão ao mundo do trabalho.

Contrariamente a essa ideia manifestou-se Marcelo Neri⁶, defendendo um processo amplo de redução da desigualdade, para além da renda percebida do trabalho, que, inclusive, por dados residenciais disponíveis da PNAD, apontariam para uma desigualdade imobiliária muito inferior à da renda e, pela aplicação de uma regra internacional de Atkinson, mestre de Piketty, haveria uma queda crescente da participação do 1% mais rico no total da renda brasileira apropriada na última década. O problema desses argumentos é, mais uma vez, a ausência de uma base de dados patrimoniais que possa, de fato, corroborar tanto a distribuição imobiliária total da riqueza - para além da residência onde a família habita para abarcar todos os imóveis urbanos, rurais, comerciais e residenciais - quanto da admissão verdadeira do peso do 1% mais rico sobre a renda nacional. Sobre esta última, estudo de MEDEIROS, SOUZA e CASTRO; 2014, o primeiro a supostamente trabalhar com declarações de fluxos recebidos do Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal, apesar de não resolver o problema dos estoques patrimoniais nem a subdeclaração para todos os extratos de renda da PNAD, captou muito bem a ideia de resiliência do extrato mais rico da população brasileira na apropriação da renda total.

De todo modo, as conexões entre fluxos e estoques na economia estão veladas pelo impedimento o acesso às bases declaratórias de pessoa física e jurídica do Imposto de Renda. Enquanto não acessarmos esta base, que quebraria uma fronteira na pesquisa social no Brasil, há uma base patrimonial que,

5 <http://brasildebate.com.br/para-conhecer-me-lhoro-a-distribuicao-de-renda-e-riqueza-no-pais/>

6 Ver Folha de S. Paulo, “Desigualdade de Capital em queda”, publicado em 26 de junho de 2014.



até o momento, tem permanecido ignorado pelos interessados no tema.

Trata-se do cadastro do Tribunal Superior Eleitoral, uma base impressionante de declarações de pessoas físicas candidatas a cargos eletivos que, nas eleições municipais de 2012, atingiu a ordem de mais de 480 mil candidatas a prefeito, vice-prefeito e vereador, em todos os Municípios de todos os Estados brasileiros (exceto, evidentemente o DF). Os dados são disponibilizados em duas formas: com as características políticas e pessoais de cada candidato; e a declaração patrimonial de cada um. Ao cruzarmos as duas bases, temos uma amostra não estatística, mas relevante, de declaração patrimonial dos candidatos políticos.

O cruzamento gerou uma tabela que estará disponível para consulta no [sítio calixtre.wordpress.com](http://sítio.calixtre.wordpress.com). Há algumas deficiências nesta base: evidência de subdeclarações ou aparente excesso de candidatas que declararam não possuir patrimônio algum; e claros exemplos de superdeclaração, sendo mais visíveis a partir dos patrimônios acima de R\$50 milhões. Para o primeiro erro, é preciso conviver, pois isso é uma característica inerente a qualquer pesquisa com base autodeclaratória. Para o segundo erro, auditaram-se os dados e as declarações inconsistentes de patrimônio acima de R\$ 50 milhões foram excluídas, pois a manutenção destas afetaria, em muito, a análise da distribuição dos valores declarados. A lista dos candidatos e bens auditados e excluídos, por inconsistência, nas eleições de 2012 encontra-se no mesmo sítio.

Importante sempre lembrar que não se trata aqui de um exercício com representatividade estatística.

Candidatos a eleições, mesmo distribuídos por todos os municípios e em quantidade maior do que uma amostra da própria PNAD, não são representativos do todo populacional e, portanto, não devem ser levados em conta nessa perspectiva. O objetivo desse estudo é mostrar como, mesmo na imensa precariedade estatística desse exercício, é possível enxergar, de relance, um lado oculto da desigualdade no Brasil. Partindo de iguais candidatas a vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, as diferenças patrimoniais entre eles são astronômicas, muito maiores do que o observado na distribuição das rendas nas pesquisas domiciliares.

A análise da distribuição patrimonial dos candidatos permite calcular o Gini patrimonial tanto total (incluindo os candidatos que declararam não possuir patrimônio algum), quanto pelas características, enunciadas anteriormente, de riqueza patrimonial imobiliária⁷, financeira⁸ e

7 Seguindo a classificação disponível pelo TSE, Patrimônio Imobiliário foi considerado segundo o agrupamento: apartamento; benfeitorias; casa; construção; galpão; loja; outros bens imóveis; poupança para construção ou aquisição de bem imóvel; prédio comercial; prédio residencial; sala ou conjunto; terra nua; terreno.

8 Patrimônio Financeiro considerado: ações (inclusive as provenientes de linha telefônica); aplicação de renda fixa (CDB, RDB e outros); caderneta de poupança; consórcio não contemplado; crédito decorrente de alienação; crédito decorrente de empréstimo; depósito bancário em conta corrente no exterior; depósito bancário em conta corrente no país; dinheiro em espécie - moeda estrangeira; dinheiro em espécie - moeda nacional; fundo de ações, inclusive carteira livre e fundo de investimento no exterior; fundo de aplicação em quotas de fundos de investimento; fundo

Tabela 4

Eleições Municipais de 2012

	Valor Declarado (em R\$)	Participação (em %)	GINI interno (exclui candidatas que nada declararam)	GINI (inclui candidatas que nada declararam)
TOTAL	55.520.520.671,75	100%	0,707	0,819
Patrimônio Imobiliário	39.133.331.344,43	70,48%	0,650	-
Patrimônio Financeiro	7.643.624.916,30	13,77%	0,846	-
Direitos e Bens Móveis	8.743.564.411,02	15,75%	0,626	-

Fonte: TSE



Tabela 5

**Eleições Municipais de 2012
Distribuição patrimonial por faixa de escolaridade**

DISTRIBUIÇÃO PATRIMONIAL POR FAIXA DE ESCOLARIDADE	Valor Médio Declarado (em R\$)	Valor de todas as declarações patrimoniais (em R\$)	Valor em %	População de Candidatos	Valor em %
Analfabeto	61.809,91	6.984.520,00	0,01	113	0,02
Lê e Escreve	84.005,20	1.322.493.851,75	2,4	15743	3,3
Ensino Fundamental Incompleto	87.548,65	7.250.953.939,31	13,1	82822	17,1
Ensino Fundamental Completo	86.084,57	5.895.846.003,00	10,6	68489	14,2
Ensino Médio Incompleto	81.012,99	2.035.451.304,77	3,7	25125	5,2
Ensino Médio Completo	91.922,84	15.735.720.073,90	28,3	171184	35,4
Superior Incompleto	113.335,61	2.602.299.035,51	4,7	22961	4,7
Superior Completo	213.177,66	20.670.771.943,51	37,2	96965	20,1
TOTAL GERAL	114.853,73	55.520.520.671,75	100	483402	100

mobiliária⁹. O patrimônio imobiliário, representando 70,48% de todo o patrimônio declarado pelos políticos municipais em 2012, apresentou um GINI muito superior ao apontado pelas pesquisas domiciliares, pois aqui estão englobados todos os tipos de imóveis, e não somente a habitação em que mora a família entrevistada pela pesquisa domiciliar. Mesmo o patrimônio mobiliário, cuja desigualdade é a menor entre os três tipos de estoques, o Gini ainda segue muito superior ao apontado pela PNAD. Surpreende o baixo peso da riqueza financeira sobre o estoque total declarado dos candidatos municipais,

de capitalização; fundo de investimento financeiro - FIF; mercado futuros, de opções e a termo; ouro, ativo financeiro; outras aplicações e investimentos; outras participações societárias; outros créditos e poupança vinculados; outros depósitos à vista e numerário; outros fundos; plano PAIT e caderneta de pecúlio; quotas ou quinhões de capital; VGBl - vida gerador de benefício livre.

9 Patrimônio Mobiliário considerado: aeronave; bem relacionado com o exercício da atividade autônoma; direito de autor, de inventor e patente; direito de lavra e assemelhado; embarcação; joia, quadro, objeto de arte, de coleção, antiguidade, etc.; licença e concessões especiais; linha telefônica; outros bens e direitos; outros bens móveis; título de clube e assemelhado; veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel, moto, etc.

apenas 13,7%, a um índice de GINI próximo da desigualdade absoluta, de 0,846.

Apesar de tratarmos somente da classe política, nota-se uma coerência entre o valor médio declarado do candidato e sua escolaridade, guardando, assim como na renda, uma correlação positiva. A distribuição patrimonial por nível de escolaridade mostra que os candidatos de ensino superior e médio completo e incompleto concentraram quase 74% de toda a riqueza declarada em 2012, apesar de representarem 65,4% da população de candidatos no certame.

Outra tabulação interessante é o cruzamento das declarações patrimoniais com as profissões dos candidatos nas eleições municipais de 2012. Na tabela abaixo, foi elaborado um ranking das 20 categorias profissionais com o maior peso patrimonial da distribuição. Como era esperado, a categoria empresarial e aquelas ligadas à agricultura são os mais representativos em termos de peso dos estoques de riqueza sobre o total declarado, seguido dos representantes oriundos de carreiras públicas e de profissionais liberais, especialmente médicos e advogados. Em algumas categorias no topo da lista, como agricultores e servidores públicos municipais, o alto peso na população de candidatos explica a parti-



Tabela 6

Eleições Municipais 2012

Relação das 20 categorias profissionais de candidatos com o maior valor acumulado de Patrimônio.	Média declarada de Patrimônio (em R\$)	% da População	% do Valor	Número de Candidatos	Valor de todas as declarações patrimoniais (em R\$)
Empresário	399.379,93	4,30	14,95	20784	8.300.712.508,53
Agricultor	136.019,16	8,08	9,57	39055	5.312.228.293,96
Comerciante	131.042,61	7,35	8,38	35524	4.655.157.507,65
Vereador	149.001,89	4,32	5,60	20883	3.111.606.527,17
Servidor Público Municipal	60.811,32	8,16	4,32	39450	2.399.006.577,29
Advogado	314.688,08	1,57	4,31	7602	2.392.258.819,95
Aposentado (Exceto Servidor Público)	134.962,24	3,11	3,65	15011	2.025.918.145,12
Médico	653.084,84	0,64	3,64	3096	2.021.950.675,60
Pecuarista	647.175,28	0,50	2,84	2437	1.577.166.162,97
Prefeito	673.679,33	0,41	2,38	1963	1.322.432.518,58
Produtor Agropecuário	389.338,83	0,60	2,03	2890	1.125.189.229,79
Servidor Público Estadual	117.407,85	1,93	1,97	9335	1.096.002.233,17
Administrador	177.277,75	1,27	1,97	6159	1.091.853.658,21
Professor de Ensino Médio	93.983,97	2,40	1,96	11585	1.088.804.302,45
Engenheiro	504.940,45	0,35	1,55	1709	862.943.236,03
Professor De Ensino Fundamental	60.773,72	2,81	1,49	13579	825.246.312,27
Dona De Casa	31.557,12	4,80	1,32	23225	732.914.046,05
Servidor Público Federal	202.053,33	0,51	0,90	2471	499.273.780,33
Trabalhador Rural	58.193,67	1,71	0,87	8258	480.563.302,07
Contador	199.846,50	0,45	0,79	2196	438.862.908,17

Fonte: TSE

cipação nos estoques totais mais do que a média patrimonial declarada, enquanto nas categorias de médicos, prefeitos e pecuaristas a relação é inversa.

Outra tabulação interessante, que a base de dados do TSE possibilita, é a distribuição regional do patrimônio declarado, exposta na tabela abaixo. Pode-se notar que a região Sudeste detém a maior participação no total declarado, seguido do Sul, Nordeste, Centro-oeste (exclusive o DF, por não haver eleições municipais) e Norte, por ordem decrescente de importância. Cumpre notar que a distribuição relativa entre cada região e os tipos de patrimônio declarado não difere significativamente da média nacional. No centro financeiro brasileiro, o Sudeste, a média patrimonial financeira declarada pelos candidatos segue a linha nacional. De todo

modo, o peso das declarações imobiliárias na riqueza dos candidatos é muito representativo.

O avanço de pesquisas patrimoniais no Brasil tem, em seu horizonte mais fecundo, a abertura pública de dados do cadastro de Pessoas Físicas e, deve-se deixar claro, fundamentalmente de Pessoas Jurídicas da Receita Federal. Somente a introdução de uma distribuição de cidadãos declarantes é insuficiente para perceber o todo da economia de estoques, que permite a riqueza girar em forma de renda apropriada pelos distintos grupos sociais. Nos estoques, são as empresas seus grandes detentores, e saber como o subterrâneo da economia se movimenta e constrói suas trincheiras no interior da sociedade, traria luz para uma nova geração de políticas redistributivas a partir do combate da concentração de



Tabela 7

**Eleições Municipais 2012
Distribuição Patrimonial Regional (R\$ milhões)**

REGIÃO	Total		Imobiliário		Financeiro		Mobiliário	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Norte	5.038,62	9,08	3.657,46	72,59	469,84	9,32	911,32	18,09
Nordeste	10.269,69	18,50	7.243,88	70,54	1.067,64	10,40	1.958,16	19,07
Centro-Oeste (- DF)	7.638,90	13,76	5.118,80	67,01	1.444,82	18,91	1.075,29	14,08
Sudeste	21.514,35	38,75	15.570,90	72,37	2.972,07	13,81	2.971,38	13,81
Sul	11.058,95	19,92	7.542,29	68,20	1.689,25	15,27	1.827,41	16,52
Total	55.520,52	100,00	39.133,33	70,48	7.643,62	13,77	8.743,56	15,75

Fonte: TSE

estoques, e não somente dos fluxos. Não somente fortalecendo os impostos sobre patrimônio já existentes, mas operacionalizando o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição e nunca regulamentado.

Mais do que isso, conhecer a dinâmica patrimonial da economia brasileira nos permitiria aprofundar na principal questão do modelo de desenvolvimento recente, se ele é de fato um modelo inclusivo e, ao mesmo tempo, transformador das estruturas arcaicas geradoras da desigualdade. Sobre o primeiro campo de força desse modelo, restam poucas dúvidas de que ele é motor de inclusão de milhões de brasileiros numa vida menos infernal do destino traçado pelo neoliberalismo. Porém, sobre o caráter transformador deste modelo, ainda é preciso saber se o que emerge desta sociedade é uma grande classe média ou se a desigualdade apenas se deslocou dos fluxos monetários para os estoques de riqueza, mantendo-se invisível às pesquisas domiciliares e às Contas Nacionais.

4. Observações finais

O debate sobre as causas da redução da desigualdade com desenvolvimento democrático, social e econômico, está em aberto. No entanto, é crucial observarmos que, um dos motivos determinantes desse fenômeno foi não apenas o Brasil ter trazido o Estado de volta para a equação do desenvolvimento, como também ter trazido o Trabalho de

volta. Pesquisadores sobre o Brasil estão progressivamente descobrindo não somente fortes relações entre o bem-estar social e as políticas públicas, mas também, uma virtuosidade no seio das condições demográficas associada à estruturação do mercado de trabalho. À medida que o Brasil gerou empregos melhores, reduziu o desemprego e aumentou a participação da parte produtiva da sociedade, que está em seu ápice demográfico, ao mesmo tempo fortalecendo seu *welfare state*, criou-se um ciclo de desenvolvimento conectando toda a economia nacional.

Entretanto, este padrão de desenvolvimento tem suas contradições internas, como descrevi acima. Duas destacam-se. A dinâmica social impactou mais a renda das famílias que as contas nacionais, isto é, há um desacoplamento entre renda e valor agregado. E não é possível afirmar que a forte redistribuição de fluxos resultante das melhorias no mercado de trabalho tenha impactado na distribuição de estoques. Em outras palavras, estamos diante de uma crescente dúvida entre se bastaria avançar com o modelo real de desenvolvimento, tal como ele está desenhado hoje e tem sido o responsável pelo mais longo ciclo político da democracia brasileira; ou se haveria um modelo melhor de desenvolvimento, que requereria mudanças estruturais, mas pertenceria ao mesmo ETHOS em que se formou a decisão política de incluir os pobres e reduzir as desigualdades no Brasil, avançando agora não somente nos fluxos de renda, mas nos estoques de riqueza.



Referências

- CAMPOS; A. G. Sindicatos no Brasil hoje: dilemas apresentados pela sindicalização. In IPEA: Boletim Mercado de trabalho n° 56. 2014. p. 29-38.
- CARDOSO, Alberto. Os sindicatos no Brasil. In IPEA: Boletim Mercado de trabalho n. 56. 2014. p. 21-28.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Os efeitos econômicos do gasto social no Brasil. In Perspectivas da Política Social. IPEA. 2010. Capítulo 3.
- _____. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicado n. 75. 2011a.
- _____. Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2010. Comunicado n. 108. 2011b.
- _____. Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. Comunicado n. 85. 2011c.
- _____. Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social. Comunicado n. 92. 2011d.
- _____. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela PNAD-IBGE. Comunicado n. 159. 2013.
- FREDDO, Daniela; CALIXTRE, A. B. Money, Wealth and Patrimonialist Capitalism in Brazil: A theoretical discussion for a practical challenge. DAAD Partnership. 2011. http://daadpartnership.htw-berlin.de/fileadmin/Workshops/2011_Campinas/Papers/Freddo_Calixtre_Money_Wealth_Patrimony.pdf
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, P.H.G.F; CASTRO, F.A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012 - estimativas com dados do Imposto de Renda e pesquisas domiciliares. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Artigo aceito para publicação. 2014. <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
- NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.
- POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo. 2012
- SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. In Novos Estudos CEBRAP. n. 85. Dezembro de 2009.
- _____. O Lulismo e seu Futuro. In Revista Piauí. Outubro de 2011.
- SQUEFF, G. C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília: IPEA, junho de 2012. (Texto para Discussão, n. 1.747).
- UCHÔA, Christiane; KERSTENETZKY, Celia Lessa. É a “nova classe média” classe média? O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009). Center for Studies on Inequality and Development. Discussion Paper No. 66. Outubro de 2012.

Autor

André Bojikian Calixtre é economista, mestre em Desenvolvimento Econômico e doutorando em História Econômica, ambos pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Também é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Este artigo foi originalmente escrito em inglês para o projeto “Shared Prosperity in Emerging Economies”, organizado pela Fundação Friedrich Ebert (FES). O artigo foi atualizado e corresponde apenas em parte ao original. Agradeço a oportunidade de discutir minhas ideias com a equipe da FES de Nova Iorque, representada por Dra. Michèlle Auga e Dr. Rudolf Traub-Merz e com os pesquisadores representantes de outros países estudados pelo projeto. Agradeço também a contribuição e amizade de Gonzalo Berrón e Tina Hennecken, ambos da FES-Brasil.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-56-4



9 788599 138564